



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

BÁRBARA OLIVEIRA ANDRADE

**Serviço Social: reflexões teórico-metodológica e ético política sobre os povos
e comunidades tradicionais**

Brasília – DF

2023

BÁRBARA OLIVEIRA ANDRADE

**Serviço Social: reflexões teórico-metodológica e ético política sobre os povos
e comunidades tradicionais**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, desenvolvido sob orientação da Professora Doutora Kênia Augusta Figueiredo.

Brasília – DF

2023

Dedico à todas as assistentes sociais.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, minha imensa gratidão aos meus pais de cabeça, Yánsàn e Sàngó, por estarem comigo de forma presente e amorosa ao longo da minha jornada acadêmica, me proporcionando coragem para enfrentar os desafios e superar as adversidades que encontrei nesse caminho. Que eu possa continuar a honrá-los e seguir seus ensinamentos, sempre buscando contribuir para um mundo mais justo. Axé!

Gratidão à minha família, cujo apoio incondicional foi fundamental em cada passo dessa trajetória. Vocês que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de encorajamento, suporte emocional e compreensão nas horas difíceis. Sem a presença e o amor de vocês, eu não teria tido forças para superar os desafios e alcançar essa conquista.

Às minhas professoras e aos meus professores, sou imensamente grata por todo conhecimento transmitido ao longo desses quatro anos de graduação. À Prof. Dra. Kênia Figueiredo, à Prof. Dra. Anabelle Carrilho e ao Prof. Dr. Leonardo Ortegá, vocês foram fontes de inspiração! Cada aula, cada debate, cada feedback contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Sou grata pela paciência, pela sabedoria compartilhada e pelo comprometimento em me auxiliar a desenvolver as habilidades necessárias para exercer minha profissão com excelência.

Às minhas colegas e aos meus colegas de curso, agradeço pela parceria, pelos momentos compartilhados e pelo apoio mútuo. Estudamos, crescemos e construímos amizades duradouras. Obrigada por caminharem ao meu lado e por se tornarem uma fonte de estímulo e inspiração constante.

Por último, gostaria de expressar com todo o meu coração um profundo e sincero agradecimento por cada instante desta incrível jornada universitária no universo da Universidade de Brasília. A Educação é um direito fundamental e acredito firmemente em sua capacidade de transformação social e foi através da educação pública que pude trilhar meu caminho acadêmico e realizar o sonho de me tornar Assistente Social. Sinto-me imensamente grata por ter tido a oportunidade de

aprender e crescer para contribuir para minha categoria e para o bem-estar do povo brasileiro através dessa formação.

"O estudo é o escudo!" (GOG)

RESUMO

Este trabalho possui como discussão central a relação do Serviço Social com os povos e comunidades tradicionais atualmente no Brasil com o objetivo de possibilitar uma reflexão sobre como esse tema tem sido tratado na bibliografia da categoria e a importância dele na formação e atuação dos/as assistentes sociais. Para isso, foi realizada uma análise bibliográfica das publicações dos periódicos de nº 143, 144 e 145 da Revista Serviço Social e Sociedade, por se tratar de uma revista histórica, de grande relevância e circulação na área do Serviço Social, e dos anais publicados nos dois congressos de maior relevância da categoria, sendo o XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. A leitura e análise se deu a partir de uma perspectiva crítica articulada ao projeto ético político do Serviço Social. A partir da análise realizada, foi encontrado um número reduzido de artigos que tratassem dos povos e comunidades tradicionais e percebeu-se que as questões indígenas e quilombolas obtiveram visibilidade, considerando o recorte do ano de 2022 utilizado neste trabalho. Assim, evidenciou-se a emergência da ampliação das reflexões sobre esta temática pela área do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Povos e comunidades tradicionais; serviço social; produção de conhecimento; Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

RESUMEN

Este trabajo tiene como discusión central la relación del Trabajo Social con los pueblos y comunidades tradicionales actualmente en Brasil con el objetivo de permitir una reflexión sobre cómo este tema ha sido tratado en la bibliografía de la categoría y la importancia del mismo en la formación y desempeño de los trabajadores sociales. Para ello, se realizó un análisis bibliográfico de las publicaciones de las revistas n° 143, 144 y 145 de la Revista Serviço Social e Sociedade, por ser una revista histórica, de gran relevancia y circulación en el área del Trabajo Social, y de los anales publicados en los dos congresos más relevantes de la categoría, siendo el XVII Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales y el XVII Encuentro Nacional de Investigadores en Trabajo Social. La lectura y el análisis se realizaron desde una perspectiva crítica articulada al proyecto ético político del Trabajo Social. A partir del análisis realizado, se encontró un número reducido de artículos relacionados con pueblos y comunidades tradicionales y se observó que las cuestiones indígenas y quilombolas obtuvieron visibilidad, considerando el recorte de 2022 utilizado en este trabajo. Así, se evidenció el surgimiento de la ampliación de reflexiones sobre este tema por parte del área de Trabajo Social.

PALABRAS CLAVE: Pueblos y comunidades tradicionales; trabajo social; producción de conocimientos; Política Nacional para el Desarrollo Sostenible de los Pueblos y Comunidades Tradicionales.

ABSTRACT

This work has as its central discussion the relationship of Social Work with traditional peoples and communities currently in Brazil with the objective of enabling a reflection on how this theme has been treated in the bibliography of the category and the importance of it in the training and performance of social workers. For this, a bibliographic analysis of the publications of the journals of n° 143, 144 and 145 of the Revista Serviço Social e Sociedade was carried out, because it is a historical journal, of great relevance and circulation in the area of Social Work, and of the annals published in the two most relevant congresses of the category, being the XVII Brazilian Congress of Social Workers and the XVII National Meeting of Researchers in Social Work. The reading and analysis took place from a critical perspective articulated to the political ethical project of Social Work. From the analysis carried out, a reduced number of articles dealing with traditional peoples and communities was found and it was noticed that indigenous and quilombola issues obtained visibility, considering the 2022 cutout used in this work. Thus, it was evidenced the emergence of the expansion of reflections on this theme by the area of Social Work.

KEYWORDS: Traditional peoples and communities; social services; knowledge production; National Policy for the Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Distribuição do número de publicações referentes à povos e comunidades tradicionais no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Tabela 2 - Relação de artigos publicados que abordam a questão dos povos e comunidades tradicionais no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Tabela 3 - Distribuição do número de publicações referentes à povos e comunidades tradicionais no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Tabela 4 - Relação de artigos publicados que abordam a questão dos povos e comunidades tradicionais no Encontro de Pesquisa e Ensino em Serviço Social.

Lista de siglas

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PCTs – Povos e comunidades tradicionais

Sumário

Introdução	1
I Capítulo - Questão social e Serviço Social no Brasil.....	4
1.1. Capitalismo monopolista e a questão social no Brasil	4
1.2. Serviço social: da sua gênese à atualidade	10
II Capítulo - A produção bibliográfica do Serviço Social sobre povos e comunidades tradicionais	22
2.1. Os povos e comunidades tradicionais no Brasil.....	22
2.2. A produção bibliográfica do Serviço Social.....	28
Considerações finais	42
Referências Bibliográficas	

Introdução

O Serviço Social brasileiro apresenta uma trajetória histórica marcada pelos avanços na construção de um projeto ético-político profissional voltado para defender as classes subalternizadas, a partir da eliminação de todas as formas de opressão, exploração e preconceito (CFESS, 2016). Tal projeto profissional é constituído em dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas imprescindíveis para compreender e enfrentar as expressões da questão social no dia a dia da atuação dos assistentes sociais (NETTO, 2011).

Com o passar dos anos, novas temáticas e expressões passaram a fazer parte das dimensões teóricas e formativas da categoria profissional, sendo uma delas a questão dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), que pode ser associada também às questões étnico-racial, de território, de gênero, entre outras.

No Brasil há uma enorme diversidade sociocultural que se expressa em diversos saberes, rituais, artes, línguas, crenças e modos de vida. No meio dessa diversidade, existem PCTs que tentam viver suas vidas em harmonia com a natureza, apesar de estarem sempre à margem da sociedade e das políticas públicas.

Tratar-se de uma pauta de bastante relevância devido às especificidades do modo de vida dessas comunidades pertencentes a esta categoria, bem como o papel essencial que desempenham na preservação da diversidade cultural, na conservação da biodiversidade e na promoção da sustentabilidade ambiental. Diante dos constantes ataques sofridos por esses povos através da marginalização, discriminação, perda de território, entre outros, reconhecer e respeitar seus direitos é um princípio fundamental de justiça social e garantia dos direitos humanos. Assim, reconhecendo sua importância e valorizando suas contribuições para a sociedade como um todo.

Com a intenção de conhecer e identificar essa temática na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro na atualidade, foi realizada uma busca por artigos publicados durante o ano de 2022 nos periódicos de nº 143, 144 e 145 da Revista Serviço Social e Sociedade e por trabalhos apresentados e registrados nos

anais de dois eventos de âmbito nacional e de grande relevância para a categoria, o XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Vale ressaltar que o ano escolhido para análise se dá por ser o último ano do (des)governo Bolsonaro, cenário o qual houve aumento significativo dos ataques genocidas aos PCTs por meio dos cortes orçamentários em órgãos responsáveis pela fiscalização e pela demarcação das terras indígenas, redução da proteção ambiental, viabilização da exploração de recursos naturais em áreas protegidas, enfraquecimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Fundação Cultural Palmares, instituições responsáveis pela proteção dessas comunidades, além de declarações polêmicas do ex-presidente, entre outros.

Dessa forma, foi realizada uma pesquisa ampliada de palavras chaves a fim de que fosse identificado todo e qualquer artigo que tivesse relação com o tema povos e comunidades tradicionais. As palavras-chaves utilizadas para a busca foram povos e comunidades tradicionais, indígena, quilombola/quilombo, seringueiro, sertanejo, fundo e fecho e pasto, extrativista, faxinalense, pescadores/as artesanais, povos e comunidades de terreiro, cigano/a, pantaneiro, quebradeiras de coco babaçu, caiçara, comunidade do cerrado e pomerano.

Para realizar uma reflexão teórico-metodológica e ético política, este trabalho foi estruturado em dois capítulos, o primeiro intitulado “Questão Social e Serviço Social no Brasil” sob vista que este tema têm sido presente na agenda da categoria e vem ganhando centralidade indicando a relevância do aprofundamento de estudos e pesquisas que desvendem o movimento e as contradições dos processos pelos quais o Serviço Social tem se aproximado do debate crítico acerca da Questão Social nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Uma vez que as mudanças na dinâmica do capitalismo afetam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, além de provocarem redefinições profundas nas expressões da questão social, na luta de classes, no papel do Estado e nas configurações das políticas sociais, desencadeando novas requisições, demandas e desafios à formação e ao exercício profissional de assistentes sociais desde a sua gênese até a atualidade.

O segundo capítulo intitulado “A produção bibliográfica do Serviço Social sobre povos e comunidades tradicionais” trata quem são os povos e comunidades tradicionais, como esses grupos se organizam e a aproximação bibliográfica do Serviço Social brasileiro com a chamada questão dos povos e comunidades tradicionais por compreender a relevância desse tema na formação e na atuação do/as assistentes sociais.

A partir da análise realizada percebeu-se que as questões indígenas e quilombolas se destacam mais dentro dessas publicações realizadas pelo Serviço Social durante o ano de 2022 na Revista Serviço Social e Sociedade e nos anais publicados no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

I Capítulo - Questão social e Serviço Social no Brasil

Este capítulo possui por objetivo discutir a Questão Social e o Serviço Social no Brasil, uma vez que a dinâmica do capitalismo afeta, além do modo de produção, as relações sociais e a relação com o meio ambiente. Tal dinâmica que impacta os PCTs através das expressões da questão social como a invasão de terras indígenas por madeireiros, garimpeiros e fazendeiros, o desmonte de órgãos e políticas de proteção e a violência e os conflitos relacionados à disputa de terras e recursos naturais. Por isso, a importância do aprofundamento teórico que considere a relação com o Serviço Social.

Sendo assim, este capítulo propõe apontamentos sobre a Questão Social e o Serviço Social no Brasil entendendo que estes são elementos fundamentais na compreensão da direção do projeto ético-político profissional e incorporação de determinadas concepções teóricas por parte dos assistentes sociais.

1.1. Capitalismo monopolista e a questão social no Brasil

O capitalismo é um sistema global que parece ser a única forma de vida predominante, uma vez que a sociabilidade capitalista se apresenta como única e ideal maneira de se organizar a sociedade e a economia. Ele é sustentado por uma ideologia que por meio da política, da religião, da filosofia, da arte, do direito, entre outros, se articula para se fortalecer e perpetuar sua estrutura, forçando os indivíduos a acreditarem que essa é a única forma de sobreviver.

Como um sistema contraditório é natural que o capitalismo enfrente desafios ao longo do caminho para se manter. As crises do sistema capitalista estão diretamente relacionadas à superprodução de capital, ao subconsumo e à desvalorização do capital, ocorrendo em uma crescente agregação de riqueza material, o que implica em uma diminuição da grandeza de valor. O capital constantemente busca e necessita expandir sua taxa de lucro, promovendo o

desenvolvimento da capacidade produtiva. No entanto, em um sistema contraditório, conforme afirmado por Marx, substituir a sua fonte de lucro por capital constante leva à superprodução seguida pelo subconsumo. Assim,

[...] o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza (MARX, 2011).

Ao considerar que o valor de uma mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário, o trabalho se torna desvalorizado, gera desemprego e no aumento do exército industrial de reserva. Caracterizado por períodos de desenvolvimento e recessão nos quais a desigualdade desempenha um papel funcional na sua reprodução, pois as lutas de classes se tornam uma condição inerente a essa sociabilidade. A lei geral da acumulação capitalista, na verdade, é o cerne das desigualdades entre a relação capital e trabalho, que gera a chamada "questão social", um produto da superprodução e da superexploração que contribui para o aumento do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, da pobreza (SANTOS, 2012).

A exploração do excedente de trabalho, do qual os burgueses obtêm lucro no processo de produção, conhecido como capital variável, composto pelos trabalhadores, está sendo substituído pelo capital constante devido ao avanço tecnológico. Esse processo aumenta a composição orgânica do capital, como explicado anteriormente, devido à competição capitalista, que exige a redução do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias e um processo que possa explorar uma quantidade maior de mais-valia durante a mesma jornada de trabalho. A riqueza produzida socialmente não é distribuída igualmente entre os membros da sociedade. Daí surge a acumulação capitalista, na qual o capital é privatizado, centralizado e concentrado nas mãos de uma pequena parcela da humanidade, enquanto a maioria da classe trabalhadora vive em condições de miséria (NETTO, 2009).

É possível observar que a gênese da denominada questão social está diretamente ligada à relação conflituosa entre as classes, expressando-se, portanto,

no âmbito da relação entre capital e trabalho. Trata-se, na realidade, de um produto histórico dessa relação, uma vez que, no sistema capitalista, a desigualdade e a divisão entre classes antagônicas são essenciais para a manutenção do sistema. Com o intuito de enfrentar a resistência dos trabalhadores, que buscam se opor à exploração de sua força de trabalho por meio de organizações sindicais e partidárias, o capital empreende um controle sobre a superpopulação relativa, desempregada e mantida em condições precárias, a fim de enfraquecer a mobilização de seu oponente (NETTO, 2009; SANTOS, 2012).

O Estado tem um grande papel na conservação da ordem burguesa ao tentar responder algumas demandas do proletariado no sentido da reprodução da força de trabalho necessário ao capital para manter as bases e as relações sociais através de meios coercivos de manutenção da ordem, o que acaba contribuindo para a reprodução das relações socialmente reproduzidas, ou seja, ele atua na organização da divisão social do trabalho. Sendo esse um campo de lutas e representação das duas classes fundamentais, ora o Estado consegue conciliar tais interesses de classes, as vezes através das negociações através dos sindicatos e dos partidos políticos, ora reprime as reivindicações e demandas trabalhistas simplesmente por ser uma instância instrumentalizada do capitalismo.

No fim do século XIX ocorreram muitas mudanças no cenário brasileiro, a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 seguido da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o que desencadeou uma série de mudanças no que se refere as questões econômicas, políticas, sociais e culturais. É nesse período que é introduzido na sociedade brasileira o sistema capitalista em sua fase monopolista que desencadeou um processo de urbanização e industrialização no país. Esse processo foi determinante para o surgimento da profissão do Serviço Social, como um dos componentes do capitalismo em sua fase monopolista, para atuar sobre as condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, são solicitados profissionais que irão atuar sobre as refrações da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Na passagem da década de 1920 para a de 1930, tivemos uma nova configuração do Estado, política e economicamente, como no cenário social. Na República Velha a economia brasileira era centrada basicamente na produção agrícola para exportação, principalmente do café, e com a queda da Bolsa de Valores em Nova York, em 1929, a situação do país se agravou. A crise econômica auxiliou na eclosão das expressões da questão social. Como resposta as demandas decorrentes do pauperismo da população, junto a uma necessidade da classe burguesa em se reproduzir (mantendo o poder hegemônico e o desenvolvimento das forças produtivas), houve no Brasil uma configuração do espaço público-estatal, ou seja, uma refuncionalização do Estado a partir da chamada “Revolução de 1930”¹ e o “Estado Novo”². Ainda neste período, por parte desse novo papel do Estado, é construído um modelo de desenvolvimento pautado na indústria e voltado para o mercado interno, um investimento mais central a partir da valorização dos aspectos nacionais.

Contudo, a vida para a maioria da população era extremamente difícil. Nas cidades a massa salarial era baixíssima, não havia leis trabalhistas e as condições de trabalho eram péssimas, com uma carga horária extensa, além da exploração sem quaisquer auxílios a doenças ou invalidez. As moradias eram precárias e o acesso à Educação e a Saúde quase não existiam para a população. No campo era ainda pior, por isso o êxodo rural era frequente.

Na década de 1920 a questão social era tratada como caso de polícia e o Estado atuava como agente de controle social e protetor da propriedade privada. Perante esse cenário, essa parcela da população encontrava-se insatisfeita, o que desencadeou movimentos de reivindicação por parte dos operários.

¹ A partir da Revolução de 1930, o governo Getúlio Vargas implementou uma série de mudanças que buscavam promover uma maior intervenção estatal na economia e garantir a participação do Estado na promoção do desenvolvimento nacional, trazendo consigo a expansão da burocracia estatal e a centralização do poder nas mãos do governo federal.

² Como consequência da Revolução de 1930, originou-se o Estado Novo (1937-1945), um novo pacto político no Brasil o qual o governo Vargas concentrou ainda mais poder e restringiu as liberdades democráticas. Esse período foi marcado por um Estado autoritário e corporativista, com forte controle sobre a sociedade civil.

A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial, típica da 1ª República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (MARTINELLI, 2000, p. 122).

Em respostas a essas reivindicações surge um movimento voltado à ação social por parte da Igreja Católica e do Estado, ambos buscando atender seus próprios interesses, seja na recristianização da humanidade da primeira, ou a reprodução da forma de trabalho do segundo. Conhecido como “reação católica”, naquele momento a Igreja Católica pretendia reerguer suas bases doutrinárias, através do enquadramento da sociedade, pois vale lembrar que “[...] a religião católica perde sua ampla hegemonia enquanto concepção de mundo das classes dominantes [...] e na Sociedade Civil, vendo evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

É através das ações sociais que a Igreja buscará apropriar-se novamente de seus privilégios, com projetos de disciplinamento da classe trabalhadora. Neste processo o Estado fica atribuído de novas funções instituindo políticas sociais e assistenciais na administração das crises cíclicas do capitalismo, enquadrando a força de trabalho e reproduzindo as condições necessárias para a manutenção da ordem burguesa e do sistema capitalista monopolista, sendo que estão postas, “[...] portanto, as condições para a criação de um determinado espaço sócio-ocupacional para os profissionais de Serviço Social; possibilitando a inscrição formal da profissão na divisão social e técnica do trabalho” (ORTIZ, 2010). A partir daí cria-se as condições necessárias para a implementação de agentes capazes de atuar sobre as expressões da Questão Social.

O Serviço Social tem suas origens na região ocidental da Europa, no fim do século XIX, vinculado a Igreja Católica e baseado na filosofia de São Tomás de Aquino, estando relacionado as práticas da caridade e da filantropia adotando um caráter missionário. O Serviço Social como trabalho surge no início do século XX na América do Norte. Nessa perspectiva é introduzido elementos científicos à abordagem

profissional, a partir de um método de diagnóstico social baseado na tradição e no conservadorismo. Ambas as abordagens se baseavam na moral do sujeito e na sua responsabilidade individual, necessitando ajustá-lo a sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

A diferença está na base dessa atuação, o Serviço Social estadunidense traz um aspecto técnico-operativo, buscando romper com a perspectiva da moral religiosa que estava presente no Serviço Social europeu. O Serviço Social no Brasil foi enraizado em bases doutrinárias de caráter conservador por parte da Igreja Católica e do Estado mais precisamente na década de 1930.

Surgiu como resposta as configurações do espaço público-estatal, como uma necessidade do sistema capitalista (para o fortalecimento da ordem monopólica), surgia para administrar as expressões da Questão Social, tendo como objetivo conter a ameaça comunista, a repressão por parte do Estado e a Igreja através da caridade. Estes fatores caracterizam as protoformas do Serviço Social:

O surgimento do serviço social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu. Evidentemente não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de ideias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico-conjuntural que caracterizava o país naquele momento (MARTINELLI, 2000, p. 121-122).

1.2. Serviço social: da sua gênese à atualidade

O Serviço Social no Brasil se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja católica, no enfrentamento e regulação das expressões da questão social. Fica evidente a forma extremamente conservadora e rígida pelo qual a sociedade e as Escolas de Serviço Social da época exigiam um padrão idealizado e perfeito de candidatos para estudar Serviço Social, assim como deixa claro que eles deveriam ser pertencentes à classe burguesa. Como afirma Ortiz,

“[...] será supostamente o profissional bem-educado, de aparência simples e despojada, capaz de adentrar as intimidades privadas de seus “clientes”, com a seriedade e a ternura que fazem dele um “profissional da ajuda”, “do cuidado”, do aconselhamento e da indulgência” (ORTIZ, 2010, p. 22).

A predominância do sexo feminino é uma expressividade da profissão e essa característica se apresenta no contexto histórico, pela associação de sua imagem as tarefas educativas e caridosas, naturalmente vocacionada e qualificada a preservar a ordem moral da sociedade. Para ser uma assistente social, a mulher teria que ser íntegra na formação moral, sem interesse pessoal, com capacidade de devoção e sentimento de amor ao próximo, capaz de ver as situações penosas de seus irmãos pela ignorância e miséria.

Elas deveriam ser pessoas de senso crítico desprendido, que soubesse conquistar a simpatia dos assistidos, sabendo influenciar e convencer seus “clientes” disciplinando o operário e sua família. Nas protoformas da origem da profissão isso era visto como uma “missão” vocacional. Era necessário ter moral bem definida para “ajudar” a população que se “desviava” dos moldes tradicionais daquela época. As mulheres brancas e burguesas que tinham a moral bem definida e eram indicadas para desenvolver tal trabalho a essa população “desviada” eram as mulheres que possuíam as características “corretas” que se adequavam para este trabalho.

Neste momento se faz necessário uma breve contextualização do cenário mundial para que possamos prosseguir o discurso sobre desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Após a Segunda Guerra mundial as nações necessitavam se

reerguer, determinar condições de vida para a sociedade e para isso houve uma expansão do Estado no que se refere as suas funções políticas e econômicas a partir da expansão das políticas sociais, a oferta de empregos, a produção e o consumo em massa. Assim, nos países de capitalismo central europeus se constituiu o chamado “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), que também representou uma conquista dos direitos sociais importantes pela classe trabalhadora no processo da luta de classes. É nesse momento que o Estado começa a investir mais na produção capitalista (criação de grandes empresas, corporações, centralização e centralização do capital) a partir do modelo de produção keynesiano-fordista. Esse processo de conquista representou, ao mesmo tempo, uma concessão para manutenção do poder hegemônico da burguesia em meio aos ideais socialistas na Guerra Fria.

No cenário brasileiro, em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, que instaurou a ditadura empresarial militar que se estendeu até meados da década de 1980. O período foi caracterizado pela censura à imprensa, perseguição política, repressão aos movimentos sociais e supressão das liberdades civis. O regime empresarial militar reprimiu duramente opositores políticos e movimentos sociais. Houve resistência e luta pela democracia, com manifestações, greves e ações de guerrilha urbana e rural.

Durante o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Brasil passou por um período de crescimento econômico conhecido como "Milagre Econômico". Esse crescimento foi impulsionado pela abertura ao capital estrangeiro e por investimentos em infraestrutura, mas também gerou desigualdades sociais. Nesse período, o Brasil investiu em grandes projetos de desenvolvimento, como a construção de rodovias, hidrelétricas e a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN), visando a integração e o desenvolvimento da região amazônica.

Até esse mesmo período, da década de 1960 e início da década de 1970, mantiveram-se as bases tradicionais e conservadoras do Serviço Social, sendo assim práticas empiristas, reiterativas e burocratizadas, baseadas na correção dos indivíduos e na ética liberal da burguesia, práticas profissionais visivelmente funcionalistas. Apesar de haver um movimento de conservação da sociedade capitalista, foi no período da ditadura empresarial militar brasileira que se instaurou

uma nova perspectiva da formação e da ação profissional, a partir da reorganização do Estado e das modificações da sociedade:

[..] a ditadura colocou para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto)representações profissionais. É na confluência deste condicionalismo inédito que se pode rastrear a essencialidade daquelas relações e identificar com nitidez a sua conexão com a renovação do Serviço Social (NETTO, 2005, p. 117).

Cabe ressaltar que essa mudança tem relação com o processo de desenvolvimento do capitalismo, por isso ela deve ser analisada a partir das suas diversas causas. Um desses aspectos é o *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social que ocorreu na América Latina que influenciou o Serviço Social no Brasil. Esse processo foi impulsionado pelas lutas sociais diante das desigualdades, o que fez surgir questionamentos acerca das nações imperialistas em relação as sociedades subdesenvolvidas, mas que foram interrompidas a partir dos golpes militares que se sucederam naquela época em quase todo território latino-americano sobre as influências do próprio imperialismo dos Estados Unidos da América.

Outro aspecto é a reconfiguração do Estado diante da crise da autocracia burguesa, o que conseqüentemente requereu uma reconfiguração profissional de Serviço Social. No Brasil essa requisição se estabelece no âmbito técnico e na formação dos profissionais. Eles são chamados a participar do processo de industrialização através de sua inserção nas indústrias (nas empresas), e no que diz respeito a Questão Social e a política. O profissional é chamado a vigiar e controlar a força de trabalho. Vale lembrar que nesse período o Brasil já vinha passando, desde meados dos anos 1940 e a década de 1950, por um processo de modernização e desenvolvimento o que impulsionou o mercado de trabalho para os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais do Estado e nas empresas.

Segundo Netto (2005), no Brasil, o Serviço Social passou por um processo de renovação que se introduziu novas determinações à profissão, nos seus aspectos técnicos e na formação a partir da sua entrada nas universidades e sua interlocução com as ciências sociais, com a antropologia e com a psicologia social, inaugurando o pluralismo na profissão a partir de diversas perspectivas teóricas. Dessa nova

formação profissional temos a associação dessa categoria as questões políticas, ainda que hegemonicamente conservadoras.

O autor Netto (2005) nos apresenta três movimentos e tendências fundamentais da renovação do Serviço Social no Brasil: *a Modernização Conservadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura*. Na modernização conservadora, que se instaurou já nos primeiros anos da ditadura empresarial militar (segunda metade da década de 1960), ao mesmo tempo que se modernizava o processo produtivo se mantinha o aspecto conservador da profissão, ou seja, ainda baseadas em correntes teóricas funcionalistas, acríicas, sem questionamentos, a intervenção se direcionava no enquadramento do usuário, representando uma ramificação do positivismo. Os marcos desse direcionamento se expressam nos seminários de Araxá e Teresópolis:

A racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais dos espaços do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instancias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais [...] implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de legitimação das práticas, quer da programação organizacional (NETTO, 2005, p. 123).

Dessa forma, o Serviço Social necessitou integrar, em seus aspectos formativos e técnicos, processos administrativos mais “modernos”, mais “racionalizados” na sua atuação, daí sua necessidade em distanciar de seu vínculo das práticas da igreja, e assim de sua imagem humanista abstrata para passar a ser visto como profissão a partir de sua entrada nas universidades, fator que é resultado do processo de *laicização* do Serviço Social.

Na *Reatualização do Conservadorismo*, em meados da década de 1970, nos anos de chumbo da ditadura empresarial militar, alguns elementos permanecem, porém, são apresentados novos elementos de crítica a tendência de modernização conservadora, ainda que de forma superficial sob bases da teoria da fenomenologia e ultrapassando a estrutura do desenvolvimentismo da primeira tendência. O foco

permanece no sujeito e as bases são de cunho psicossociais, como afirma trecho do livro publicado por José Paulo Netto:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõem sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados a tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram à uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais, mas sofisticadas (NETTO, 2005, p. 157).

Já na *Intenção de Ruptura*, cujo marco é o “Método Belo Horizonte” (entre 1972-1975), também chamado por “Método BH”, nas reflexões de Marilda Villela Iamamoto (2006) é no “Congresso da Virada” (1979), que temos a introdução da perspectiva crítica marxiana na profissão dentro do processo de reprodução das relações sociais. Ela representou oposição e resistência política na luta pela democracia, como também a recusa as normas definidas pelo mercado. Com a entrada nas universidades, houve a possibilidade de se realizar pesquisas que só foram possíveis nos âmbitos da academia, ainda que sob as garras repressoras da ditadura, foi possível estabelecer um espaço de reflexão e investigação da formação dos assistentes sociais e de suas práticas profissionais de forma crítica e contrária a sociedade que a requisitou.

Diferente das duas correntes anteriores, a *Intenção de Ruptura* faz uma crítica sistêmica as bases teóricas, aos métodos e as ideologias do Serviço Social (formação e profissão) anteriores. Dessa última, podemos perceber que existiu (com mais força ainda a partir da década de 1980, período que se inicia a abertura gradual da política e estabelecimento da democracia no Brasil), e ainda existe, uma tensão entre as políticas governamentais e o projeto profissional do Serviço Social. É a partir desse referencial que a profissão busca romper com a ética da neutralidade, estabelecendo um posicionamento político e sua relação com os segmentos da classe trabalhadora.

[...] a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de

renovação do Serviço Social no Brasil - evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. [...] Trata-se da referência a tradição marxista – que, com a produção dos representantes desta perspectiva, pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa (NETTO, 2005, p. 267-268).

São as conquistas acumuladas pela profissão no decorrer das décadas de 1980 e 1990 no que se refere a sua legitimação, a formulação do currículo disciplinar, a definição de um código de ética profissional atualizado que correspondesse as novas propostas da intervenção dos assistentes sociais e a construção de um projeto ético-político que dão materialidade a nova fase do Serviço Social brasileiro.

A partir da década de 1980, introduz-se na profissão uma nova orientação no que se refere às atuações profissionais e a base teórica-metodológica de sua formação a partir da uma leitura crítica da realidade e que, diante dessa interpretação, busca romper com o conservadorismo da ação profissional. Inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a profissão ocupa um espaço em meio a contradição das requisições sociais dos trabalhadores e a manutenção do sistema capitalista, assim seu trabalho participa dos mecanismos de exploração ao mesmo tempo em que oferta, por meio institucional (com base nas políticas sociais), as condições para reprodução da força de trabalho. No entanto, diferente de outras profissões também inscritas nessa dinâmica, o Serviço Social apresenta uma proposta diante desse novo posicionamento contra a sociedade burguesa, no seu enfrentamento e sua superação, através de um projeto profissional que se vincula aos projetos sociais e profissionais de outras organizações da sociedade que buscam a emancipação das classes trabalhadoras.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil passava por um período ditatorial empresarial militar, com base nessa conjuntura política e social havia movimentos de resistência e democratização contra o autoritarismo do Estado. Viu-se a necessidade em se comprometer e aliar as demandas das classes populares por parte dos profissionais. Vinculou-se a profissão uma necessidade de dar novo significado a sua prática interventiva tradicional, postura que fez surgir novas áreas de investigação que se aliavam a conquistas e defesas dos direitos civis e sociais que, posteriormente, culminaram na restauração da democracia.

Antes de mais nada quando mencionamos projetos devemos entender que se trata de planejamentos estratégicos com base numa intenção pré-determinada que tem uma finalidade a ser alcançada. Os projetos sociais, no geral, se orientam para uma determinada direção de acordo com os interesses daqueles que os defendem, e esses interesses são moldados pela escolha de valores desse grupo. Essa escolha deve ser um ato consciente e livre a partir da investigação subjetiva do indivíduo perante a sociedade. Essa constituição dos projetos em sociedade onde existem classes sociais distintas, como é no capitalismo, eles adotam um caráter político, pois representam a organização e representação coletiva, no meio democrático, pela disputa de poder.

Já sabemos que, no desenvolvimento da humanidade, quanto mais complexas são as formas de reprodução da vida social, mais complexos são os aparatos para sua manutenção. Segundo o autor Marcelo Braz e a autora Joaquina Texeira (2009), são criadas cada vez mais forma de objetivação da realidade as quais podem ser denominadas de práxis. Tais que podem ser direcionadas para controle e exploração da natureza e para influenciar no comportamento e na ação dos homens, assim peculiarizando a práxis profissional.

Seguindo a segunda indicação da práxis, apresentada pelos autores acima, podemos encontrar como um de seus componentes a moral enquanto instrumento para regularizar os comportamentos dos indivíduos em sociedade, ou seja, possibilitando a manutenção de uma determinada forma de pensar, de agir e viver. Ela surge a partir do momento em que os seres humanos atingem um certo grau de desenvolvimento da consciência na medida em que se distanciam da natureza. Devemos lembrar que a moral, sendo uma construção social, se modifica ao longo do tempo variando em cada contexto social. Quando a moral, ato particular, atinge a dimensão social se afastando de suas motivações iniciais, isto é, quando ela se alia com as de outros sujeitos da totalidade social é que se instauramos a ética:

[...] ao se afastar – ainda que por um tempo determinado – de sua singularidade e de suas motivações efêmeras, seja através de ações práticas ou de reflexões teóricas, o sujeito moral atinge um outro patamar de objetivações, que o elevam à sua dimensão de sujeito ético (BARROCO, 2009).

A ética na questão profissional, neste caso na profissão de Serviço Social, se estabelece nas ações do cotidiano dos profissionais perante as demandas sociais e no seu compromisso com os usuários, a classe trabalhadora na qual faz parte. Logo essas ações propositivas, que correspondem ao projeto profissional, se vinculam aos projetos de sociedade. Essa escolha não é neutra, ela tem um lado e um propósito e possui uma base científica, filosófica e social para se sustentar.

Como foi exposto anteriormente, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro se instaurou graças a possibilidade de se discutir a profissão de forma plural no âmbito das teorias sociais com sua entrada nas universidades. Isso possibilitou a inclusão do debate da tradição marxista nas bases da formação e profissionalização do Serviço Social. Era necessário um método científico que correspondesse as dimensões éticas da profissão na criação de valores e nas determinações das condutas profissionais que dialogassem com a realidade e com a imagem que a profissão desejava construir, assim “[...] tal identidade coletiva que o projeto profissional suscita surge em meio aos contraditórios interesses de classe que determinam o Serviço Social. Por isso, ele só pode ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p.4).

José Paulo Netto (2007) também analisa o processo de constituição da autoimagem dos assistentes sociais quando apresenta que os projetos profissionais são responsáveis por estabelecer a imagem e os valores de uma profissão, definindo seus objetivos, funções e requisitos para o exercício da mesma. Além disso, eles estabelecem normas de comportamento para os profissionais e definem as relações com usuários dos serviços. O corpo profissional correspondente é composto não apenas por profissionais atuantes, mas por todos os membros que dão vida à profissão. Através da organização desse corpo profissional, que engloba profissionais, instituições de formação, pesquisadores, professores, estudantes, órgãos corporativos, acadêmicos e sindicais, por exemplo, o projeto profissional é elaborado.

Essa atribuição a prática profissional se expressa por meio de sua atuação na intervenção social que só pode se efetivar aliado a outros projetos profissionais e sociais. Porém, na luta de classes, há a disputa de projetos sociais de categorias

distintas que podem tender para conservação ou transformação da organicidade da sociedade capitalista. A ética profissional não é isenta da alienação e os projetos profissionais, para se realizarem, dependem das possibilidades e dos limites de ação profissional. É necessário que saibamos que o projeto profissional não é homogêneo uma vez que seus agentes são indivíduos singulares, com origens, valores, opiniões e interpretações de mundo diversas, por exemplo o Serviço Social Libertário.

O Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) do ano de 1996, compõem a base que dá materialidade e legalidade aos assistentes sociais no Brasil, e que se configuram como as normativas do projeto ético-político.

No caso do Serviço Social brasileiro, o projeto ético-político da profissão nega totalmente o modelo capitalista, pois entende que, na sua dinâmica estrutural, a divisão e a exploração de classes nunca serão superadas, justamente por serem essenciais para sua conservação. Sua vinculação aos projetos sociais direcionados a transformação da sociedade acontece justamente pela dimensão política e intervenção social da prática profissional que se baseiam num conjunto específico de valores que se apresentam no Código de Ética do Serviço Social a fim de guiar uma prática profissional que promova a ética, a justiça social e a defesa dos direitos humanos (CFESS, 2011).

A matriz teórica-metodológica do Serviço Social (curso e profissão) vinculada a tradição marxista, vislumbra a perspectiva revolucionária, ou seja, segue pela via da superação dos antagonismos da sociedade capitalista o que, conseqüentemente, implica numa superação dessa organização social. Assim, o profissional deve ser propositivo (conforme as condições históricas sociais e políticas apresentadas na realidade concreta) superando o imediatismo do cotidiano cobrado pelas instituições empregadoras, para garantir a universalização do acesso as políticas e programas sociais no campo democrático de forma a contribuir com o processo de distribuição da riqueza socialmente produzida. Ele deve defender seu campo de trabalho, as suas

atribuições, se comprometendo a qualificar sua formação de forma contínua. Entretanto,

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos (BARROCO, 2009, p. 6-7).

Então, do conjunto de elementos que compõe o Projeto Ético-Político do Serviço Social podemos encontrar os princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica na qual se baseia, a crítica a ordem burguesa e o posicionamento político da categoria diante das lutas sociais que se aliam a outras organizações da sociedade.

Apesar das conquistas sociais que se corporificaram na Constituição Federal de 1988, com a chegada dos ideais neoliberais, somadas as determinações históricas da formação sócio-histórica do Brasil, na última década do século XX no cenário nacional engendrou novos desafios à atuação dos profissionais do Serviço Social, afetando a política, a economia e a cultura brasileira – a privatização do Estado, os retrocessos das políticas sociais como a saúde, a educação, dentre outras. Essa estratégia da classe burguesa instaurou novos mecanismos para sua manutenção através da reestruturação produtiva numa tentativa de restaurar o conservadorismo, o que dificulta a implementação do Projeto Ético-Político e sua contribuição com as transformações sociais.

Os profissionais são forçados a dar respostas mais imediatas as demandas dos usuários, sem que sejam possíveis uma análise concreta e uma intervenção propositiva, fenômeno que reforça ainda mais o processo de alienação. O vínculo contratual com o empregador delimita e determina a ação profissional dos assistentes sociais, sendo que essa condição, diante da autonomia relativa dessa categoria, acaba por consumir as disposições políticas desses profissionais uma vez que o Projeto Ético-Político profissional não se realiza em sua integralidade.

Devemos deixar claro que as transformações sociais, na qual estamos mencionando, não dependem exclusivamente dos profissionais do Serviço Social, mas sim de sua vinculação aos demais projetos profissionais e projetos sociais que se direcionam aos princípios éticos e políticos já mencionados neste texto, eles só podem ser pensadas e efetivadas levando em consideração as condições possíveis presentes no contexto social. Cabe ao assistente social fazer escolhas e tomar atitudes contrárias ao assistencialismo, à filantropia e ao fatalismo, fugindo das tendências do neoconservadorismo mesmo quando o mercado de trabalho exige cada vez mais trabalhadores técnicos, acrícos e práticos, que são justamente aqueles que contribuem para o capital.

O que acontece é que “[...] a identidade profissional submete-se às características meramente funcionais ao capital: o pragmatismo; a polivalência; a competitividade; o empreendedorismo; a adaptabilidade e o individualismo, reforçando assim, a prática predatória da força de trabalho” (CARDOSO, 2012, p. 11).

Na especificidade do Serviço Social esse tensionamento se complexifica graças ao Projeto Ético-Político da profissão, pois requer ações propositivas menos burocratizadas e estão comprometidas com os interesses políticos sociais e coletivos que reforcem os direitos e a autonomia da classe trabalhadora a partir da crítica da realidade.

Ivanete Boschetti (2015; 2017) identifica, por exemplo, traços do conservadorismo que avançam na formação profissional vestindo uma nova roupagem, tais como o teorismo acríco, o aligeiramento da formação com o expansionismo superficial de cursos e o atendimento primordial ao mercado; o pragmatismo; o voluntarismo, entre outros. No âmbito da intervenção, a autora aponta como a agudização da barbárie, por meio da intolerância e do fundamentalismo religioso; dos ataques e da supressão de direitos humanos; da destruição ambiental, da violência no campo e nas cidades; da precarização do trabalho e da destruição de direitos e conquistas civilizatórias, entre tantas outras ameaças, desafiam e tensionam o Serviço Social, profissão que em suas contradições vinha se consolidando

predominantemente no campo das políticas sociais, na garantia e ampliação de direitos, na informação e orientação para acesso a serviços públicos.

Esse compromisso da profissão com as transformações sociais não é neutro e não se efetiva num curto espaço de tempo, é necessária uma organização política persistente pois entende-se que na sociabilidade capitalista as desigualdades sociais não serão superadas assim como as múltiplas expressões da Questão Social (objeto de trabalho dos assistentes sociais), daí vem a radicalidade da profissão. Portanto, suas estratégias de intervenção buscam a justiça, a igualdade, a liberdade e o exercício da cidadania a partir da democracia participativa, para estabelecer uma sociabilidade sem exploração de classe que é um dos elementos essenciais da atual ordem econômica-social e extremamente desafiadora para o Serviço Social.

II Capítulo - A produção bibliográfica do Serviço Social sobre povos e comunidades tradicionais

Abordaremos neste capítulo quem são os povos e comunidades tradicionais, como esses grupos se organizam e a aproximação bibliográfica do Serviço Social brasileiro com a chamada questão dos povos e comunidades tradicionais por compreender a importância desse tema na formação e na atuação do/as assistentes sociais. Trata-se de uma pauta de bastante relevância devido às especificidades do modo de vida dessas comunidades pertencentes a esta categoria, bem como a histórica condição de viverem às margens da sociedade brasileira e das políticas públicas.

2.1. Os povos e comunidades tradicionais no Brasil

No Brasil há uma enorme diversidade sociocultural que se expressa em diversos saberes, línguas, crenças e modos de vida. No meio dessa diversidade, existem os PCTs que tentam viver suas vidas em harmonia com a natureza, apesar de estarem sempre à margem da sociedade e das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 buscou reconhecer os direitos de alguns desses grupos, no caso indígenas e quilombolas, esses que possuem direitos territoriais e culturais especiais.

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada em 1992, também conhecida como ECA 92, o Brasil assinou a Convenção da Diversidade Biológica, essa que propunha medidas para segurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. Esta também reconheceu a importância da existência de comunidades locais e populações indígenas por conta das estreitas relações com a preservação do meio ambiente. Porém o Brasil ratificou a convenção em março de 1998, por meio do Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998³ (IPEA, 2012). A partir dessa decisão, as questões

³ O Decreto nº 2.519 de 1998, por sua vez, foi a forma como o governo brasileiro oficializou o compromisso do país com as decisões e acordos firmados durante a Eco 92. Ao ratificar a conferência, o Brasil se comprometeu a implementar medidas e políticas que promovam a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável em seus territórios.

relacionadas aos povos e comunidades tradicionais continuaram pendentes, como o acesso à terra, à saúde, à educação, às condições mínimas para que esses grupos possam viver em seus territórios.

Em agosto de 2004 em Luziânia ocorreu o 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais onde participaram vários povos e comunidades. Esse encontro foi importante para a definição da composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, a qual foi criada a partir do Decreto de 27 de dezembro de 2004 e representou um passo importante para inclusão sociais e política desses grupos.

Em 2006, o Decreto de 13 de julho de 2006 modificou as competências, funcionamento e o seu nome para Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais o qual teve como maior objetivo a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, além de coordenar e acompanhar a implementação da mesma.

De acordo com o Decreto, compete ainda à Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais incentivar a descentralização das atividades e a participação da sociedade civil, promover debates públicos sobre os assuntos relacionados à formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável de PCTs em colaboração com órgãos, entidades e grupos envolvidos, identificando ou sugerindo os instrumentos necessários para a implementação de tais políticas (IPEA, 2012).

Em fevereiro de 2007, instituiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais a partir do Decreto Federal nº 6.040. Este que apresenta os PCTs como grupos que possuem uma estreita relação com seus territórios e seus modos de vida, práticas culturais, conhecimentos ancestrais e sistemas de governança. Esses grupos também são caracterizados por preservarem tradições e formas de organização que são transmitidas de geração em geração. Como se apresenta em seu artigo 3º,

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007).

O Decreto Federal ainda apresentou mais dois pilares que compõem essa categoria identitária: os Territórios que garantem em grande medida a sua reprodução cultural, social e econômica e o Desenvolvimento sustentável realizado por eles em seus territórios que tem como tônica o respeito no uso dos recursos naturais existentes que garantem a manutenção da vida.

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (BRASIL, 2007)

No Brasil, são considerados PCTs os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, pescadores artesanais, povos de terreiro, ciganos, pantaneiros, faxinalenses, geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, entre outros. Para melhor entendimento, o autor Aderval Costa e a autora Ana Beatriz Vianna (2013) explicitam de forma mais detalhada no seguinte trecho:

Estão sendo considerados “povos e comunidades tradicionais” no Brasil os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros (do pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense), os faxinalenses do Paraná e região (que consorciam o plantio da erva-mate com a suinocultura e com o extrativismo do pião a partir do uso comum do território), as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum), os caiçaras (pescadores artesanais marítimos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que consorciam a pesca artesanal e extrativismo em áreas comuns com o cultivo), os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado), os apanhadores de flores sempre-vivas (que tradicionalmente exerciam o extrativismo em áreas de uso comum nas campinas, hoje cercadas em grande medida pela monocultura do eucalipto e pela criação de unidades de conservação de proteção integral), entre outros que, somados, representam parcela significativa da população brasileira e ocupam parte considerável do território nacional. (COSTA FILHO; VIANNA MENDES, 2013)

A categoria de PCTs está em pleno movimento com a entrada de novas identidades que buscam garantias de ter seus direitos territoriais, culturais, sociais e econômicos que a cada dia sofrem com as expressões da questão social oriundas das forças desenvolvimentistas do capital, com isso, percebe-se que a vida no interior das comunidades tradicionais é pautada em desafios diários.

Vale elucidar que a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais possui uma importância significativa na promoção da igualdade, justiça social e preservação da diversidade cultural e ambiental. Essa política tem como objetivo central garantir o reconhecimento, a valorização e a proteção dos direitos e das especificidades dos PCTs.

Primeiramente, a política visa assegurar o acesso dos PCTs aos seus territórios e recursos naturais, reconhecendo sua relação ancestral e sustentável com o meio ambiente. Isso é essencial para preservar a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e os modos de vida desses grupos, contribuindo para a conservação dos ecossistemas e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a política busca enfrentar os desafios e conflitos territoriais que afetam esses povos, promovendo a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e buscando soluções que conciliem a preservação ambiental com a garantia dos direitos das comunidades.

Outro aspecto relevante é o reconhecimento da autoidentificação dos PCTs, permitindo que eles sejam protagonistas na definição e implementação das políticas que os afetam. Dessa forma, fortalecendo sua autonomia, participação e controle sobre seus próprios destinos, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

A política também aborda a importância da garantia de direitos básicos, como acesso à saúde de qualidade, inclusão social, educação diferenciada e adequação do sistema previdenciário às especificidades desses grupos. Ao valorizar suas formas tradicionais de educação, medicina e organização social, a política promove o respeito à diversidade cultural e o fortalecimento das identidades dos povos e comunidades

tradicionais. Por fim, a política busca garantir o acesso e a gestão facilitados dos recursos financeiros, bem como a inclusão produtiva desses grupos, por meio da promoção de tecnologias sustentáveis e do respeito aos seus modos de vida e ao meio ambiente.

Outro avanço para os povos e comunidades tradicionais foi a criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais pelo Decreto nº8.750, de 9 de maio de 2016, o qual possui como finalidade o acompanhamento e aprimoramento das políticas públicas para os PCTs, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas como aponta a principal atribuição em seu artigo 2º:

I - promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com vistas a reconhecer, fortalecer e garantir os direitos destes povos e comunidades, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições; (BRASIL, 2016)

O conselho é composto por 15 representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e 15 representantes de organizações não governamentais. Estruturando-se em torno de um plenário, de câmaras técnicas e de uma Secretaria Executiva. A presidência do conselho é exercida pelo membro representante do Ministério do Desenvolvimento Social e as funções da secretaria executiva fica sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Políticas para Desenvolvimento Sustentável. A Secretaria executiva deve planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas do conselho (BRASIL, 2016).

As câmaras técnicas são responsáveis por promover discussões sobre temáticas relevantes para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Atualmente existem quatro câmaras técnicas permanentes, são elas:

- Câmara Técnica Permanente de Inclusão Social;
- Câmara Técnica Permanente de Infraestrutura;

- Câmara Técnica Permanente de Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais;

- Câmara Técnica Permanente de Fomento e Produção Sustentável.

As memórias, lutas e resistências históricas se manifestam pela presença e intensa atuação dos movimentos e organizações dos povos e comunidades no Brasil promovendo conquistas importantes para os mesmos. Atualmente os PCTs continuam reivindicando seu protagonismo e o reconhecimento de suas lutas a favor da vida, de seus costumes, seus conhecimentos ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de reexistir. Reivindicam o acesso à educação, à segurança e à saúde diferenciada e de qualidade.

Esses povos e comunidades além de contribuírem para cultura do país, também desempenham um papel importante na proteção da biodiversidade brasileira, por conta de suas maneiras de viver em equilíbrio com a natureza. Apesar dessa importância, os PCTs por muito tempo foram marginalizados da sociedade e das políticas públicas.

O Censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, abrangeu apenas pessoas indígenas como integrantes dos PCTs, porém o instituto publicou que no próximo iria incluir comunidades quilombolas - realizado em 2022. O Censo 2010 evidenciou como resultado a existência de 305 grupos étnicos diferentes, falantes de 274 línguas indígenas diferentes no Brasil, totalizando mais de 896,9 mil indígenas.

Em 2019, o IBGE mapeou 5.972 localidades quilombolas em 1.674 municípios de 24 Estados. Pela primeira vez em 150 anos, o IBGE realizou o recenseamento da população quilombola como grupo étnico populacional. O Censo 2022 evidencia que 386.750 pessoas se autodeclararam quilombolas, divididas pelas regiões, sendo Norte com 4.674, Centro-Oeste com 10.925, Sudeste com 44.148, Sul com 5.296 e Nordeste com 276.697.

É necessário ressaltar que é uma conquista de grande relevância a qual se consolidou por conta Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais de Quilombolas (CONAQ), esta que é uma organização sem fins lucrativos que

representa as comunidades quilombolas brasileiras e é responsável por apoiá-las por meio da defesa e formulação de políticas públicas que buscam garantir seus direitos e seus interesses.

Para os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os povos ciganos, os povos de terreiro, os pantaneiros, os faxinalenses do Paraná e região, as comunidades de fundos de pasto da Bahia, os caiçaras, os geraizeiros, os apanhadores de flores sempre-vivas, o impacto da falta do Censo tende a ser maior por conta da falta de amparo do Estado.

Expropriação de suas terras, assassinatos de lideranças, envenenamento de suas lavouras e poluição de leitos de rios são algumas das demandas relacionadas ao avanço da questão social nos territórios tradicionais. Tais demandas aprofundam cada vez mais a vulnerabilidade identitária, cultural e social desses grupos e se tornando mais latentes diante da conjuntura do último governo brasileiro o qual promoveu o avanço do autoritarismo e de uma política genocida.

2.2. A produção bibliográfica do Serviço Social

Como foi abordado no primeiro capítulo, o Serviço Social brasileiro apresenta um caminho histórico marcado por avanços na construção de um projeto ético político profissional voltado para a defesa das frações da classe trabalhadora mais pauperizada, para eliminação de todas as formas de opressão, exploração e preconceito, ou seja, o enfrentamento da questão social.

É nesse caminho que se destaca o a ampliação do arsenal teórico do Serviço Social e dentro dele a questão dos PCTs. Esta que se revela intimamente ligada à questão étnico-racial e a questão territorial e, ambas, à questão social. A inclusão dessa temática se faz necessária pelo fato de possibilitar o “o fortalecimento do Serviço Social e de sua direção política pela construção de uma nova ordem societária, em defesa da classe trabalhadora” (ALMEIDA, 2017).

Com a intenção de levantar e identificar a temática na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro, foi realizada uma busca por artigos publicados nos

periódicos de nº 143, 144 e 145 da Revista Serviço Social e Sociedade e por trabalhos apresentados e registrados nos anais de dois eventos de âmbito nacional dessa área, o XVII Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais e o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. As palavras-chaves utilizadas para a busca foram povos e comunidades tradicionais, indígena, quilombola, seringueiro, sertanejo, fundo e fecho e pasto, extrativista, faxinalense, pescadores/as artesanais, povos e comunidades de terreiro, cigano/a, pantaneiro, quebradeiras de coco babaçu, caiçara, comunidade do cerrado e pomerano.

O periódico vinculado à área de Serviço Social, foi selecionada a versão on-line da Revista Serviço Social e Sociedade de nº143, 144 e 145, sendo essa escolha justificada por ser a mais antiga e ter grande relevância e circulação na área do Serviço Social e por ser avaliada com Qualis A-1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nesta revista e nestes dois congressos de grande relevância para o Serviço Social, foram buscadas publicações que abordassem a questão dos PCTs, tendo como recorte temporal o ano de 2022 por ser o último ano do (des)governo Bolsonaro, cenário o qual houve aumento significativo dos ataques genocidas aos PCTs por meio dos cortes orçamentários em órgãos responsáveis pela fiscalização e pela demarcação das terras indígenas, redução da proteção ambiental, viabilização da exploração de recursos naturais em áreas protegidas, enfraquecimento da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) e da Fundação Cultural Palmares, instituições responsáveis pela proteção dessas comunidades.

Este cenário desolador ficou evidenciado por eventos que causaram grande comoção e tiveram repercussão nacional e internacional, como os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, mortos em junho na região da Terra Indígena (TI) Vale do Javari, no Amazonas, por pessoas vinculadas à rede criminosa que articula as invasões ao território; e as invasões garimpeiras ao território Yanomami, que, sob o olhar conivente do Estado, geraram enormes danos ambientais e uma crise sanitária sem precedentes.

Os conflitos e a grande quantidade de invasões e danos aos territórios indígenas avançaram lado a lado com o desmonte das políticas públicas voltadas aos

PCTs, como a assistência em saúde e educação. O ano de 2022 também encerrou um ciclo de quatro anos no qual nenhuma terra foi demarcada pelo governo federal, fazendo valer seu discurso realizado no município de Dourados em Mato Grosso no ano 2018: “Se eu assumir a Presidência do Brasil não terá mais um centímetro para terra indígena”.

Sob Bolsonaro, o Poder Executivo não apenas ignorou a obrigação constitucional de demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos PCTs como também atuou, na prática, para flexibilizar este direito, por meio de Projetos de Lei (PLs) e de medidas administrativas voltadas a liberar a exploração de terras protegidas.

Ao analisar a Revista Serviço Social e Sociedade nº143, 144 e 145 – todos periódicos lançados em 2022 – foi identificado que dos 30 artigos publicados, zero abordava a questão dos PCTs. Tal resultado evidencia a pouca visibilidade do tema nas publicações da mesma.

No mesmo ano, realizou-se o décimo sétimo CBAS, contando com o eixo temático específico nomeado de Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. Nessa edição do congresso foram 1293 artigos publicados e 13 abordaram especificamente a questão dos PCTs. Trata-se dos seguintes trabalhos:

TABELA 1 - Distribuição do número de publicações referentes à povos e comunidades tradicionais no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Palavra-chave	CBAS 2022
Povos e comunidades tradicionais	2
Indígena	6
Quilombola/quilombo	5
Seringueiro	0
Sertanejo	0
Fundo e fecho de pasto	0
Extrativista	0

Faxinalense	0
Pescadores/as artesanais	0
Povos e comunidades de terreiro	0
Ciganos	0
Pantaneiro	0
Quebradeiras de coco babaçu	0
Caiçara	0
Comunidades do Cerrado	0
Pomerano	0
Total de publicações	13

Elaboração: Fonte própria.

TABELA 2 - Relação de artigos publicados que abordam a questão dos povos e comunidades tradicionais no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CBAS 2022			
	TÍTULO	AUTOR/A	LINK
Povos e comunidades tradicionais	COMUNIDADES TRADICIONAIS EM FORMAÇÃO PARA DEFESA DE DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA	Carlos Augusto Góes Espíndola, Euniceia Rodrigues, Joyse Fernanda Dos Santos Pinheiro Alves, Laira Vasconcelos Dos Santos, Larissa Marinho Da Costa, Marcel Hazeu, Maria Sebastiana Ferreira Faria, Rozemiro Brito5, Solange Maria Gayoso Da Costa, Valvete Santos	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000978.pdf
	SERVIÇO SOCIAL E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO	Reginaldo Cordeiro Dos Santos Junior	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000902.pdf
Indígena	POLITICA SOCIAL NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA DA ETNIA SATERÉ MAWÉ NO BAIXO AMAZONAS	Caroline Matos De Alfaia, Daiana Feitosa Picanço, Juciana Coelho Gomes, Gabrielle Dos Santos Tavares, Gisele Teixeira Brandão	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001661.pdf
	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDÍGENA KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES EMERGENTES SOBRE SIGNIFICADOS, ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS.	Eduarda Rosa Da Silva, Simone Laranjeira, Viviane Belini Lopes, Solange Dos Santos Silva	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001004.pdf
	ULTRANEOLIBERALISMO E QUESTÃO INDÍGENA: REFLEXÕES SOBRE AS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO GOVERNO JAIR BOLSONARO	Nicoli Viegas Coelho Da Silva, Maria Keile Pinheiro, Assíria Marielle Da Silva Dantas	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000977.pdf
	POPULAÇÕES INDÍGENAS E O ACESSO À PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Gabriela Bianchini	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001348.pdf
	POLITICA SOCIAL NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER INDÍGENA DA ETNIA SATERÉ MAWÉ NO BAIXO AMAZONAS	Caroline Matos De Alfaia, Daiana Feitosa Picanço, Juciana Coelho Gomes, Gabrielle Dos Santos Tavares, Gisele Teixeira Brandão	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001661.pdf
	VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES INDÍGENAS: UMA ANÁLISE INICIAL	Graciane Pereira Santos, Thylara Do Amaral Campos, Tassy De Nazaré De Oliveira Cantanhede	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001485.pdf

	O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS	Raimunda Nonata Carlos Ferreiradulce Serra Simões, Dulce Serra Simões	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001037.pdf
Quilombola/Quilombo	MOVIMENTO SOCIAL QUILOMBOLA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA OS RUFINOS –PB	Jessika Cristina Silva Santos, Patricia Cristina De Aragão	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000304.pdf
	MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: DESAFIOS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BRASIL.	Thirlany Santos De Oliveira Ana Raquel Oliveira Freire âmbar	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000499.pdf
	A QUESTÃO QUILOMBOLA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL	João Bôsko Hora Góis	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000833.pdf
	COMUNIDADES QUILOMBOLAS E RACISMO ESTRUTURAL: VIVÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DE DIFERENTES GERAÇÕES	Patrícia Krieger Grossi, Eliana Mourgues Cogoy	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000886.pdf
	ANCESTRALIDADE: UM MUSEU DE MEMÓRIA, RESISTÊNCIA, AFETO, PERTENCIMENTO E FUTURO QUILOMBOLA	Márcia Regina Galvão De Almeida, Elaine Ferreira Do Nascimento	https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000993.pdf

Elaboração: Fonte própria.

Diante de uma breve análise, nota-se que as principais publicações abordaram majoritariamente a questão indígena, logo depois a questão quilombola e, por fim, uma forma mais generalizada a questão dos PCTs. Assim, considera-se que a questão desses povos e comunidades ainda é pouco abordada pela categoria do Serviço Social.

Sobre o que diz respeito à temática dos PCTs abordadas no XVII ENPESS ocorrido em dezembro do último ano, das 718 publicações, foram apresentados 16 trabalhos com a temática, porém mais uma vez tendo maior ênfase os trabalhos os quais tratam as questões indígenas e quilombolas.

TABELA 3 – Distribuição do número de publicações referentes à povos e comunidades tradicionais no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

Palavra-chave	ENPESS 2022
Povos e comunidades tradicionais	0
Indígena	7
Quilombola/quilombo	8
Seringueiro	0
Sertanejo	0
Fundo e fecho de pasto	0
Extrativista	0
Faxinalense	0
Pescadores/as artesanais	0
Povos e comunidades de terreiro	1
Ciganos	0
Pantaneiro	0
Quebradeiras de coco babaçu	0
Caiçara	0
Comunidades do Cerrado	0
Pomerano	0
Total de publicações	16

Elaboração: Fonte própria.

TABELA 4 - Relação de artigos publicados que abordam a questão dos povos e comunidades tradicionais no Encontro de Pesquisa e Ensino em Serviço Social.

ENPESS 2022			
	TÍTULO	AUTOR/A	LINK
Indígena	TERRITÓRIO E SAÚDE INDÍGENA: VIOLAÇÕES E RESISTÊNCIA NO CENÁRIO DE PANDEMIA DA COVID-19	ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES, ANGELICA DOMINGOS, MARIANA MACIEL	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/mesa_056_8_0001.pdf
	ASSISTÊNCIA SOCIAL E POVOS INDÍGENAS EM CONTEXTO DE AVANÇO DO CAPITAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL	ELIZÂNGELA CARDOSO DE ARAÚJO SILVA, WAGNER ROBERTO DO AMARAL, GILZA FERREIRA DE SOUZA FELIPE PEREIRA	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/mesa_056_8_0002.pdf
	POVOS ORIGINÁRIOS E A PREVIDÊNCIA SOCIAL EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM	CYNTHIA FRANCESKA CARDOSO	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/mesa_056_8_0003.pdf
	A RESISTÊNCIA INDÍGENA EM TERRITÓRIO CATARINENSE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19	GABRIELLY CABRAL MONSANI, MARIA TERESA DOS SANTOS	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00336.pdf
	AUDITORIAS EM SAÚDE INDÍGENA, REALIZADAS EM TRÊS DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS, NO PERÍODO DE 2008 A 2018	RAIMUNDA NONATA CARLOS FERREIRA, TÂNIA REGINA KRÜGER	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00774.pdf
	FORJANDO O DIREITO A CIDADE: EXPERIÊNCIA DE NEGRAS/OS E INDÍGENAS EM BELÉM E MANAUS	MARIA ANTONIA CARDOSO NASCIMENTO, ADRIANA AZEVEDO, SANDRA HELENA CRUZ	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00135.pdf
	NEGLIGÊNCIA, SOCIOJURÍDICO E INSTITUCIONALIZAÇÃO: A ÓTICA BRASILEIRA E A RACIALIZAÇÃO DOS CORPOS NEGROS E INDÍGENAS	JULIANA OLIVEIRA MARZOLA DOS SANTOS, PEDRO EGIDIO NAKASONE	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00889.pdf
	“NUNCA IMAGINEI TER UMA REPRESENTATIVIDADE NA MINHA PROFISSÃO” PROVOCAÇÕES PARA AVANÇAR NA DISCUSSÃO DA QUESTÃO INDÍGENA E DESCOLONIZAR O SERVIÇO SOCIAL.	BIANCA JULIANA PIAZZETTA VEIGA, VERÔNICA ALINE MATOS SANTOS	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00534.pdf
	LUTAS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES QUILOMBOLAS: CONTRIBUIÇÕES AOS DEBATES CONTEMPORÂNEOS	MARIA RAIMUNDA PENHA SOARES, HAYDA ALVES, RUTE RAMOS DA SILVA COSTA, THAMIRES MEIRELLES, MARCELLE DE SOUZA SANTOS	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00545.pdf
	MULHER QUILOMBOLA: ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA COMO CAMINHO DA SAÚDE E BEM VIVER	MÁRCIA REGINA GALVÃO DE ALMEIDA, ELAINE FERREIRA DO NASCIMENTO	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00147.pdf
	MULHERES QUILOMBOLAS E A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS RURAIS E URBANOS	ELIANA MOURGUES COGOY, PATRÍCIA KRIEGER GROSSI	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00731.pdf

Quilombola/Quilombo	ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL NO QUILOMBO SANTA TEREZA DO MATUPIRI: EXPRESSÕES DE LUTA E RESISTÊNCIA	BRUNO MACIEL CASTRO RAMOS, PATRICIO AZEVEDO RIBEIRO, SANDRA HELENA DA SILVA	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00822.pdf
	PERCEPÇÕES DE QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE DE MESQUITA-GO SOBRE PAPEL DO ESTADO E RESPEITO A IDENTIDADE ÉTNICA NA IMPLEMENTAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	VITÓRIA FERREIRA LIMA GONÇALVES, LUCÉLIA LUIZ PEREIRA	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00914.pdf
	QUILOMBO - DE PALMARES ÀS PERIFERIAS E FAVELAS	ELIANA PEREIRA SILVA	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00650.pdf
	O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL COM OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	CARLAISABEL DE OLIVEIRA MARINHO E SILVA, MARA ROSANGE ACOSTA DE MEDEIROS	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00728.pdf
Povos de Terreiros	BUSCA ATIVA POVOS DE TERREIROS: IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA GRUPOS POPULACIONAIS TRADICIONAIS E ESPECÍFICOS	MALU RIBEIRO VALE, GIOVANNA CAMACHO WEISS MOUTA, EVYLAYNE SILVA DE OLIVEIRA, MATHEUS MOREIRA SOARES	https://www.abepss.org.br/enpe/ss-anais/public/arquivos/00890.pdf

Elaboração: Fonte própria.

Entretanto, uma diferença entre a revista analisada, Serviço Social e Sociedade, os trabalhos apresentados e publicados no último XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social é que há um artigo abordando o tema povos e comunidades de terreiro, como pode-se observar na tabela acima. Algo que se pode considerar como visibilidade para as expressões religiosas de matriz africana dentro categoria.

É importante registrar que ao analisar as temáticas das publicações destes ambos os eventos, percebe-se que tais tratam de temáticas transversais como a questão de gênero, a seguridade social, questão da organização política, a questão territorial e a relação do Serviço Social com os PCTs.

A aproximação do Serviço Social com as pautas dos PCTs, têm sido tratadas e acolhidas dentro das bibliografias, dos debates e de nossas ações quanto profissionais. Em 2009, como exemplo disso, pode-se citar a participação do Conselho Federal de Serviço Social no Fórum Social Mundial o qual definiu entre as prioridades

o direito aos territórios para os povos e comunidades tradicionais, um novo paradigma produtivo baseado na sustentabilidade do uso dos recursos naturais e um investimento massivo no trabalho de formação política das bases sociais (CFESS, 2009).

No mês do Assistente Social do ano de 2021, o CFESS em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social realizam a homenagem “Há mais de 500 anos, sempre na linha de frente!” aos povos originários e comunidades tradicionais com programação remota durante todo mês a fim destacar a prioridade da defesa da vida no contexto de pandemia, em especial dos povos marcados por uma resistência secular, e reafirmar o Projeto ético político profissional na defesa dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais.



Fonte: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS-2021

Arte: Rafael Werkema

Já em julho de 2022, ocorreu o “I Seminário Latino-americano e caribenho com o tema “Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos”. Evento que aconteceu de forma remota organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O evento marcou-se pela presença de assistentes sociais indígenas e pelo fortalecimento de articulações entre entidades de Serviço Social de toda América Latina e Caribe, o tema abordado no seminário refletiu o desejo dos profissionais de Serviço Social no Brasil de se envolverem mais no universo cultural e político dos PCTs, tanto em termos profissionais quanto no compromisso de combater o extermínio, as violações e as expropriações de direitos que afetam as comunidades.



Fonte: Conselho Federal de Serviço Social/CFESS-2022

Arte: Rafael Werkema

Em setembro do mesmo ano, houve em Maceió o 49º Encontro Nacional CFESS-CRESS com o tema “Na terra de Dandara e Zumbi, reafirmamos nossa força coletiva” com o objetivo de reiterar a importância do Projeto ético político do Serviço Social brasileiro em face dos desafios enfrentados na realidade de ataques aos direitos das comunidades quilombolas e enfatizar os princípios fundamentais da categoria, a capacidade analítica da profissão e seu compromisso histórico de romper com o conservadorismo no exercício profissional.

Na área do Serviço Social destaca-se a quantidade reduzida do número de livros publicados com a temática PCTs, porém cabe mencionar a coletânea “No olho do furacão: populações indígenas, lutas sociais e Serviço Social tempos de barbárie”, organizada pelo assistente social William Berger lançado em 2019.

Dessa forma, a partir da análise realizada neste trabalho, percebe-se um número reduzido de produções acerca da questão dos PCTs pela categoria profissional de assistente sociais. Porém, faz-se necessário enfatizar que tal resultado não implica afirmar que o Serviço Social não tem se colocado em interlocução com

esta questão, como pode-se notar através das temáticas abordadas nesses dois eventos supracitados reforçando seu compromisso em colocar em pauta essas questões. Presume-se que os movimentos sociais desses grupos têm ganhado maior visibilidade nos últimos anos e o Serviço Social tem reafirmado seu compromisso ético político na defesa dos direitos fundamentais desses povos e comunidades.

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se identificar como a questão dos PCTs tem sido tratada na bibliografia do Serviço Social brasileiro nos periódicos de nº 143, 144 e 145 da Revista Serviço Social e Sociedade publicada em 2022 e nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social no ano de 2022.

A partir dessa análise foi perceptível que há uma quantidade reduzida de produções relacionadas à questão dos PCTs por parte da categoria profissional de assistentes sociais comparada à outras áreas. Aqui presume-se que nos últimos anos, o movimento indígena e movimento quilombola têm conquistado maior visibilidade, por esse motivo foi encontrado mais publicações referentes a esses grupos.

Entretanto, é importante enfatizar que esse resultado não implica em afirmar que o Serviço Social não esteja envolvido nesse diálogo, como evidenciado pelas temáticas abordadas nos eventos mencionados anteriormente. O Serviço Social continua reafirmando o seu compromisso ético político na defesa dos direitos fundamentais desses povos e comunidades.

A realização de publicações bibliográficas acerca dos PCTs é de grande importância para formação e exercício profissional de assistentes sociais pelo fato de oferecerem uma base sólida de conhecimentos teóricos, assim, permitindo a compreensão das características culturais, históricas e sociais desses grupos, bem como as dinâmicas de poder, desigualdades e violações de direitos que os afetam.

Tais publicações contribuem também para uma atuação efetiva e responsável nesse campo, para auxiliar no desenvolvimento de uma postura crítica capaz de combater os ataques sofridos por esses povos e para auxiliar na argumentação em prol da implementação de políticas públicas adequadas aos PCTs.

O cenário de expansão do ensino superior pelos programas Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES) pode ter colaborado também para a emergência da presença e participação de estudantes e pesquisadores advindos de PCTs no curso de graduação e nos programas de pós-graduação, realizando pesquisas sobre

as temáticas de seus povos e comunidades de pertencimento. Assim, promovendo apropriação do diálogo, da luta e da resistência que diz respeito a esses grupos.

Como sugestão para o aprofundamento a cerca dessa temática na formação do profissional assistente social, pode-se citar a verificação e atualização das diretrizes curriculares, a aumentar a oferta de disciplinas, de debates e de intercâmbios.

Em suma, as publicações bibliográficas sobre PCTs fornecem aos profissionais assistentes sociais recursos indispensáveis para a atuação qualificada, sensível e ética nesse campo, dessa maneira, contribuindo para a formação profissional, atualização contínua e desenvolvimento de abordagens e práticas adequadas às realidades e demandas específicas desses grupos.

Referências bibliográficas

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2023.

ALMEIDA, M. da S. **Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no Serviço Social**. Argumentos, Vitória, v. 9, n. 1, jan./abr. 2017.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. **A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão**. Revista Em Pauta, n. 46, v.18, p. 180 – 195. Rio de Janeiro: UERJ, 2020.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Congresso Nacional: Brasília, 1988.

_____. **Decreto de 27 de dezembro de 2004**. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2004.

_____. **Decreto de 13 de julho de 2006**. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2006.

_____. **Decreto no 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007.

_____. **Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016**. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República. Brasília: 2016.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. Disponível em:<

https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/522/1/CapitulodeLivro_ProjetoEticoPoI%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./ abr. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serviço Social & Sociedade, n. 124, p. 637-651, dez. 2015.

CARDOSO, Marisaura dos Santos Cardoso. **Ética no Serviço Social**: questões e dilemas para o exercício profissional. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS 6ª Região, 2012. Disponível em:<<https://www.cressmg.org.br/arquivos/DE%201.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica-metodológica. – 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. junho de 2022. **Seminário latino-americano e caribenho. Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos**. Disponível em < <https://cfess.org.br/se%20minariolatino/> > Acesso em: 2 de junho de 2023.

COSTA FILHO, Aderval; VIANNA MENDES, Ana Beatriz. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/02/DOC-ESPECIAL_-_COFI_FEV21.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

CFESS. **CFESS manifesta**. Brasília: CFESS, 2012b.

CFESS. **Caderno 3**. Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

DUBOC, Jéssica Ribeiro; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana**. In: Rev. katálysis vol.22 no.2 Florianópolis May/Aug. 2019 Epub Aug 26, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000200273&script=sci_arttext&tIng=pt>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

EVATISTO, Lourrane Lindsay Alves. **O serviço social entre sua função conservadora no capitalismo monopolista e seu Projeto Ético-Político**. 2022. 56.

Trabalho de conclusão de curso em serviço social, 2022. Universidade Federal de Ouro Preto.

FRANCESKA Cardoso, Cynthia. **Caminhos percorridos, percalços encontrados: Um estudo de caso a respeito do acesso aos benefícios e programas sociais por povos indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.** 2018. 218 f. Tese (doutorado) Programa de estudos pós graduados em serviço social, 2018. Pontifícia universidade católica do estado de São Paulo.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820140004>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo brasileiro de 2022.** Brasília: 2022.

Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. **A comissão nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais na visão de seus membros.** Brasília: 2012

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas.** (Tese de Doutorado – Serviço Social) São Paulo: PUC/SP, 2012.

KARL, Marx. **O Capital: crítica da economia política: livro I;** tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 29ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2017.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. 4ª. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em:< <http://www.poteresocial.com.br/livro-servico-social-e-saude-para-download/>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** – 7. ed. – São Pulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. "**Questão Social**": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. 6 v. SERRA, Rose Mary Sousa. A questão social hoje. In: Revista Ser Social. n. 6. Brasília: UnB, 2000.

SANTOS, Reginaldo Cordeiro dos. **Serviço social e povos e comunidades tradicionais: ampliação do diálogo**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2022.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-histórica Brasileira**. Revista Temporalis n. 25, p.261-278. Brasília: ABEPSS: 2013.

SILVA, Bismarck Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. **O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social**. Revista Temporalis, ano 18, n. 36, p. 65-93. Brasília: ABEPSS, 2018.